

Editorial / Editorial

O primeiro número do ano de 2011 da *Revista de Educação PUC-Campinas* traz uma seção temática sobre o *Plano Nacional de Educação*, sendo o eixo articulador das discussões feitas nos artigos sobre o referido tema, o qual é analisado sob diferentes aspectos que envolvem o processo de discussão e elaboração do texto oficial, ainda em vias de aprovação pelas instâncias oficiais de nosso País.

A seção temática inicia-se com a discussão de José Luís Sanfelice, o qual aborda os documentos e fontes que subsidiaram a elaboração do PNE 2011-2020. No artigo intitulado *Da Conferência Nacional de Educação (2010) ao Plano Nacional de Educação (2011 a 2020)*, o autor apresenta tais subsídios fazendo considerações pontuais e abordando aspectos essenciais em cada um deles. Ao final, tece suas considerações quanto à intervenção que o Congresso Nacional fará no projeto a ele submetido.

Em seguida, o ensaio escrito por Patrícia Vieira Trópia, intitulado *O Plano Nacional de Educação em disputa no Governo Lula*, discute o significado histórico e político do Plano Nacional de Educação, mais precisamente o processo de disputa em torno de sua implementação durante o governo Lula. A discussão e análise feita pela autora é mobilizada por duas questões, em particular: 1) a manutenção dos vetos, pelo governo Lula, ao projeto aprovado na Câmara (Lei nº 10.172/) e 2) o déficit entre as metas propostas e as alcançadas ao final de 2010.

Analisando a dimensão histórica e política da elaboração do PNE, o artigo de Doralice Aparecida Paranzini Gorni, intitulado *CONAE 2010 e a construção do PNE (2011-2020): sinal de consolidação da democratização da educação brasileira?* apresenta reflexões sobre a realização da Conferência Nacional de Educação 2010, com vistas à elaboração do Plano Nacional de Educação 2011/2020, questionando se tal ação constitui um sinal do aprimoramento do processo de democratização da sociedade brasileira. O ensaio está subsidiado no estudo e análise das políticas educacionais brasileiras, a partir do século passado, e de seus impactos sobre distintos cotidianos escolares.

Na sequência, Marcelo Moreira Antunes faz reflexões sobre as concepções presentes na avaliação do ensino superior frente às metas apresentadas no Plano Nacional de Educação pluriênio 2001-2010 instituído pela Lei nº 10172/2001 promulgada ainda sob o governo de Fernando Henrique Cardoso. No artigo intitulado *Avaliação do ensino superior no Brasil e o Plano Nacional de Educação (2001-2010)*, o autor destaca como meta o aumento do número de vagas no ensino superior, cujo foco coloca tensão entre o governo e a comunidade acadêmica no ponto relacionado à avaliação do ensino superior, pois o sistema de avaliação governamental deve equilibrar os padrões de qualidade almejados e a massificação da oferta apoiada na iniciativa privada.

Abordando um aspecto igualmente relevante do PNE, o artigo *Novo Plano Nacional de Educação (2011-2020) e velhos desafios para o ensino médio*, de Dirce Zan, traz reflexões sobre os desafios que permanecem para o ensino médio brasileiro após uma década do Plano Nacional de Educação. Através de retrospectiva histórica, a autora explicita a importância do movimento social na construção dos planos no país, destacando a mobilização das últimas décadas e a conquista da obrigatoriedade do nível médio de ensino enquanto etapa final da educação básica, concluindo que muitas das metas para o ensino médio presentes no plano que se finda permanecem atuais e deverão ser mantidas como metas para o PNE que está em processo de construção.

O artigo que encerra a seção temática é escrito por Elvira Cristina Martins Tassoni, que tem como referência o eixo III do documento da Conferência Nacional de Educação, que aborda a questão da *democratização do acesso, permanência e sucesso escolar*. No artigo intitulado *As experiências de sucesso na aprendizagem e suas relações com a permanência na escola*, a autora busca evidenciar que as experiências de sucesso vividas nas situações de aprendizagem em sala de aula podem contribuir para a permanência dos alunos na escola. O artigo trata da articulação e interdependência entre estes três aspectos, aprofundando a discussão sobre o sucesso escolar. De acordo com a autora, acesso, permanência e sucesso escolar são aspectos fundamentais para a efetivação de direitos sociais, que se cumprem não apenas pelo fato de estar na escola, mas de apropriar-se dos conhecimentos socialmente valorizados, a fim de compreender e poder atuar no mundo. Nesse processo, o sucesso escolar vai além do bom desempenho do aluno, mas se refere à garantia do direito à educação.

A seção de artigos constitui-se de quatro artigos que, igualmente, tratam de temas relevantes e muito presentes no atual cenário educacional brasileiro: formação de professores e escola inclusiva.

Larissa de Brito Feitosa e Cássio Adriano Braz de Aquino, no artigo *A formação do professor universitário*, trazem contribuições teóricas e práticas fundamentadas em vivência acadêmica no âmbito da docência por intermédio das disciplinas de Didática do Ensino Superior e Estágio em Docência, abordando alguns elementos do processo de aprendizagem, incluindo análise curricular e de ensino e processo de avaliação. A experiência aponta para a necessidade de se priorizar uma formação docente fundamentada e crítica, tendo como base o compromisso social e político.

O artigo seguinte, *Formação de professores para a escola inclusiva: contribuições da terapia ocupacional ao aluno com deficiência física*, de autoria de Juliana Vechetti Mantovani e Kátia Regina Moreno Caiado, analisa as contribuições da Terapia Ocupacional para a escolarização do aluno com deficiência física, a partir de pesquisa de campo realizada em cinco escolas da Prefeitura de Campinas. Os resultados mostraram a importância da partilha e do diálogo entre a Terapia Ocupacional e o cotidiano escolar, para que, assim, o aluno com deficiência física tenha garantido o seu direito à educação, não apenas de acesso, mas também de permanência e sucesso escolar.

Ainda sobre a educação inclusiva, Neli Klix Freitas, apresenta em seu artigo percursos de políticas públicas inclusivas, questões teóricas e conceituais sobre a temática da inclusão, por meio de pesquisa com professores e alunos acerca das percepções destes sujeitos sobre educação inclusiva, permeando estes temas com questionamentos e reflexões sobre o tema da educação inclusiva e da inclusão socioeducativa. O artigo intitulado *Percepções de professores e alunos sobre percursos inclusivos*, também problematiza pontos de vista diferentes sobre políticas públicas para a inclusão, apontando para a necessidade de revisão de paradigmas em educação e na vida em sociedade.

Por fim, o artigo de Alfonso Jiménez Espinosa e Andrea Carolina Moreno Bello, sob o título *Motivación y desarrollo del pensamiento matemático*, busca contribuir com o debate sobre educação e desenvolvimento, questionando se a padronização da avaliação no âmbito escolar permite mensurações e comparações ao nível internacional. Os autores questionam também quais comparações podemos explorar entre as variáveis educativa, ambiental e de saúde entre os países participantes do PISA. A partir das variáveis apresentadas, o estudo propõe uma tipologia de desenvolvimento humano por meio da interação entre tais variáveis.

A equipe editorial da Revista de Educação da PUC-Campinas almeja que o material neste número apresentado seja de grande contribuição aos estudos de nossos leitores.

Heloisa Helena Oliveira de Azevedo
Editora